



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

PROJETO DE LEI N°. 12 /2017

Dispõe sobre alienação de terreno a IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR.

MÁRCIO DE JESUS DO REGO, Prefeito Municipal de Chavantes, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais faz saber que;

A Câmara Municipal de Chavantes aprova:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, independentemente de licitação, nos termos da Lei Municipal nº 508, de 2 de junho de 1965, à IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR, inscrita no CNPJ sob o nº. 62.955.505/1206-50, pelo preço de R\$ 16.552,88 (dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) a parte "B" de parte do Lote 02 da Quadra SAQ-21, com área de 832,64 m², constante da matrícula nº. 4.118 no Cartório de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Chavantes/SP.

§1º - O valor constante no caput deste artigo é o inerente a 100% (cem por cento) do valor venal territorial do imóvel, conforme cadastro na Prefeitura Municipal de Chavantes.

§2º - O valor estabelecido para compra do referido imóvel, somente será devido quando da formalização de Lei Municipal tratando da outorga definitiva para lavratura de escritura pública em nome da entidade, sendo que, deverá ser corrigido para o valor da sua época, conforme cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal de Chavantes.

Artigo 2º - A Igreja do Evangelho Quadrangular entra desde já em posse do mencionado lote e se compromete a construir um estacionamento de 636,67 m² (seiscientos e trinta e seis vírgula sessenta e sete metros quadrados), conforme Projeto que faz parte integrante da presente Lei.

Parágrafo único - A outorga definitiva do referido lote será feita a vista do previsto no artigo 4º da Lei Municipal nº. 508/65.

Artigo 3º - Todas as despesas decorrentes de Impostos, Taxas, Escritura e demais encargos e emolumentos incidentes sobre o Imóvel correrão por conta do comprador, o qual se obriga a pagá-las nas épocas próprias e devidas.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Chavantes, 23 de Fevereiro de 2017.

MÁRCIO DE JESUS DO REGO
Prefeito Municipal

Rua Dr. Altino Arantes nº. 464 – Fone: (14) 3342-9200 – Fax: (14) 3342-1027 – CEP 18970-000
E-mail: gabinete@chavantes.sp.gov.br – www.chavantes.sp.gov.br – CNPJ 44.563.575/0001-98

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES/SP
PROTOCOLADO EM
23/02/2017
Luis Mario Ottoni - Secretário
Promotora Jurídica
OAB/SP 13.305

CONSIDERANDO
DELIBERAÇÃO NA
SÉSSÃO DE 23/02/2017
DATA
Hilton Oliveira
1º Secretário

DADOS DO IMOBILIÁRIO

Nº Imóvel: 055490 Inscrição: 0-01-01-19-0006-02772-02-01-0 Face: 02 Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES
Bairro: CHAVANTES NOVO Loteamento: AV. CONCEIÇÃO, N.º 38 Quadra: SÃO 01 Lote: PARTE B LOTE Cobrança: SEMI
Área de Zoneamento: CHAVANTES NOVO Observação:

DADOS DO TERRENO

Área do Terreno: 832,64 Testada Principal: 19,95 Testada Taxa: 19,95 Vir Venal Territorial: 16.552,88
Incêndio: Localização: Valor Venal Imóvel: 16.552,88 Vir Venal Predial: 0,00
Tombo [Motivo]:
Testadas Secundárias: Face Logradouro

CARACTERÍSTICAS DO TERRENO

Característica do Terreno m²
Área Edif. Principal? Tipo [Construção] Itens [Construção] Conservação Categoria Característica da Edificação
Total Edif. m²

DADOS DA MATRÍCULA

Escritura Possui? Nº	Dt. Compra	Livro C.R.I.	Folha C.R.I.	Dt. Reg. C.R.I.	C.R.I. Responsável	Matrícula	Número	Livro	Folha	Data
Não						4118				

Transcrição Número: Livro: Data: Observação:

DADOS PARA ENTREGA

Endereço: AV. CONCEIÇÃO, N.º 38 Compl: ÁREA AO LADO Bairro: CHAVANTES NOVO Cidade: Chavantes - SP CEP: 18.970-000

PROPRIETÁRIOS ADICIONAIS DO IMÓVEL

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES CADASTRAIS DO IMÓVEL

Ocorrência:

Total de Imóveis Listados: 1
CAMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES/SP
PROTOCOLADO EM
23/02/2017

JUFRAN
Fazenda Jufran
Luis Manoel Otto JUBRAN

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DA COMARCA DE CHAVANTES

MATRÍCULA N° 4118

Livro n° 2 – Registro Geral

FICHA N° 1

CNS N° 14223-2

Descrição do Imóvel: Um terreno irregular, caracterizado como sendo a **Parte B de parte do lote 02 da quadra SAQ-21, Chavantes Novo**, em Chavantes-SP, tem frente para a **Avenida Conceição**, lado par, no sentido anti-horário, inicia a descrição no ponto D formado pela **confluência da Avenida Conceição com o lote da Quadra SAQ-21 (matrícula 2378 deste Oficial)**, segue em linha reta por 19,95 metros confrontando com a Avenida Conceição até a Parte C (M4119); formando um ângulo interno de 90°00'00" segue em linha reta por 45,00 metros confrontando com a Parte C (M4119); formando um ângulo interno de 90°00'00" segue em linha reta por 16,50 metros confrontando com a Parte A (M4117) até o lote da quadra SAQ-21 (matrícula 2378 deste Oficial); formando um ângulo interno de 94°22'41" segue em linha reta por 45,09 metros confrontando com o lote da quadra SAQ-21 (matrícula 2378 deste Oficial) até o ponto D formando um ângulo interno de 85°46'23", perfazendo uma **área de 832,64m²**.

CADASTRO: O imóvel está cadastrado na Prefeitura Municipal de Chavantes-SP sob nº 0-01-0119-0006-0272-02-01-0 e FIC nº 0-001-272.

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CHAVANTES, CNPJ nº 44.563.575/0001-98, com sede na Rua Dr. Altino Arantes nº 464, Chavantes-SP.

PROTOCOLO: 11534.

REGISTRO ANTERIOR: M4058 deste Oficial.

Matrícula aberta em 16 de agosto de 2016 (documentos digitalizados sob nº M4118-0).

[Assinatura]
Bel. Angela Aparecida Oliveira Sousa - Oficial

AV.1 – ESPECIALIDADE OBJETIVA (protocolo nº 11534 de 22/07/2016)

Procedo a presente para constar que o imóvel objeto desta matrícula está cadastrado na Prefeitura Municipal de Chavantes-SP sob nº 0-01-01-19-0006-0272-02-01-0 e FIC nº 02.001.271.

Averbação feita em 16 de agosto de 2016 (documentos digitalizados sob M4118-1).

[Assinatura]
Bel. Angela Aparecida Oliveira Sousa - Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES/SP
PROTOCOLADO EM

23/08/2017

[Assinatura]
LAÍS MAROTTO JUBRAN
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 279.326



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

OF.GP.: 026/02/2017

Assunto: Encaminha Projetos de Lei.

Chavantes, 23 de Fevereiro de 2017.

Exmo. Senhor

RAFEL LOPES GARCIA

DD. Presidente da Câmara Municipal

CHAVANTES – SP

Excellentíssimo Senhor Presidente,

Com os respeitosos cumprimentos, vimos pelo presente solicitar os préstimos de Vossa Excelência, no sentido de que leve à deliberação do Plenário desta respeitável Casa de Leis, os inclusos Projetos de Lei tratando de alienação de bens imóveis e outorga definitiva de bem imóvel.

O primeiro Projeto, trata da alienação dos Lotes "E" e "F" da Quadra SCQ 21 no bairro Chavantes Novo à empresa INDUSTRIA E COMÉRCIO CHAVANTES LTDA. A empresa a anos se encontrava em posse de tais imóveis, entretanto, a administração pública nunca procedeu aos atos legais visando a regularização e venda do imóvel.

Os proprietários buscam desde o ano de 2011 regularizar a situação perante a municipalidade, e é nesse sentido que propomos o presente Projeto de Lei, para que possamos regularizar a situação da empresa, bem como, recolher os valores devidos pela venda do imóvel, quando do futuro encaminho de novo Projeto de Lei tratando da outorga definitiva.

O segundo Projeto, trata da alienação da parte B de parte do Lote 02 da Quadra SAQ – 21, constante da matrícula nº. 4.118 no Cartório de Registro de Imóveis de Chavantes à IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR, com fins a construção de um estacionamento.

A presente alienação se dá nos moldes da legislação vigente e, após a alienação e apresentação de toda a documentação, bem como, conclusão da obra de construção do suscitado estacionamento, estaremos encaminhando novo Projeto de Lei visando a outorga definitiva à entidade para que possamos também recolher os valores inerentes ao imóvel.

O terceiro e ultimo Projeto de Lei trata da outorga definitiva para lavratura de escritura de imóvel à IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR. É sabido que a entidade já se encontra em posse do imóvel objeto da presente propositura a longos anos, necessitando entretanto, regularizar a situação perante a municipalidade, recolhendo os valores devidos pelo imóvel e procedendo aos devidos atos legais para transferência em seu nome.

Neste caso, partimos diretamente para a outorga definitiva, uma vez que, através da Lei Municipal nº. 2.152/93 já fora realizada a alienação do imóvel à entidade, conforme cópia em anexo.

Solicitamos então o apoio de Vossa Excelênciá e dos nobres Vereadores que compõem esta Casa de Leis para que possamos o quanto antes dar a devida regularização a tais situações.

Sendo só para o presente momento e, cientes de poder contar com a valiosa colaboração dos nobres edis, agradecemos antecipadamente e, ao ensejo, reiteramos os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

MARCIO DE JESUS DO REGO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES/SP
PROTOCOLADO EM

23/02/2017

LAÍS MARIOTTO JUBRAN
Procuradora Jurídica
CAB/SP nº 279.326



CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES

Chavantes, 09 de Março de 2017.

Exmo Senhor
MÁRCIO DE JESUS DO REGO
Prefeito Municipal
CHAVANTES

Vimos respeitosamente a presença de Vossa Excelência, com fulcro nas atribuições que são conferidas pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Chavantes, conforme preceitua o artigo 133, do referido instituto, que todos Projetos de Lei encaminhados para esta Casa quando mencionar Lei, Decreto ou regulamento ou qualquer outra norma legal, devem acompanhar o Projeto, sendo assim **REQUERER** ao Executivo Municipal o que segue:

- Juntada da Lei Municipal 508/1965, mencionada no parágrafo único do artigo 2º, do Projeto de Lei nº 12/2017, que dispõe sobre alienação de terreno à Igreja do Evangelho Quadrangular, encaminhado pelo Executivo através do ofício OF.GP.026/02/2017.

Salienta-se que tais determinações se fazem necessárias para que essa Casa de Leis possa analisar de acordo com a legalidade, referido projeto proposto pelo Executivo.

Na oportunidade renovamos os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

LUIZ FILIPE DE PAULA JACINTO
Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Prefeitura Municipal de Chavantes

11:14:59

Fone: (14) 3342-9200

Recibo do Protocolo nº 00737/2017

Classificação:
Administrativo

Nome do Responsável Assunto:
pelo Protocolo: REFERENTE OFÍCIO PROJETO 10, 11, 12
RAQUEL

Interessado: Assinatura:
CAMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES CNPJ: 01.638.918/000

Data Emissão: 09/03/2017 Hora Emissão: 11:14 Data Previsão: 24/03/2017

Data Encam. Seção Nome Responsável
09/03/2017 001001 GABINETE E DEPENDÊNCIAS MARCIO DE JESUS DO REGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAVANTES

OF.GP.: 046/03/2017

Assunto: responde Ofício da Presidência da Comissão de Justiça e Redação acerca da alienação e outorga de bens imóveis.

Chavantes, 15 de Março de 2017.

Exmo. Senhor
LUIZ FILIPE DE PAULA JACINTO
DD. Presidente da Comissão de Justiça e Redação
Câmara Municipal de Vereadores
CHAVANTES - SP

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Considerando os expedientes exarados por Vc., os quais solicita ao Poder Executivo a cópia de Leis Municipais nº. 508/1965 e 605/1967, OF. C. J. R. e Memorial Descritivo aprovados pela municipalidade no dia 10/03/2017, e a outorga de bens imóveis à Igreja do Evangelho Quadrangular, bem como, à Fazenda e Comércio Chavantes LTDA, vimos pelo presente apresentar a devida resposta:

Desta feita, informamos que seguem em anexo ao presente expediente as seguintes documentações:

- 1) Cópia da Lei Municipal nº. 508/1965;
- 2) Cópia da Lei Municipal nº. 605/1967;
- 3) Uma via da Planta e Memorial Descritivo aprovados e registrados sob o nº. 2.433/2014;
- 4) Uma via da Planta aprovada e registrada sob o nº. 1.067/1.994.

Quanto à qualidade das cópias das Leis Municipais, as mesmas não se encontram tão legíveis visto o fato de que são legislações já registradas a mais de quarenta anos, portanto, colocamos livres de registro a disposição dos nobres Vereadores para consulta junto à Diretoria de Gabinete.

Assinado pela Diretoria de Gabinete, uma vez que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal encontra-se em viagem oficial à França, sua Excelência, através do seu

Sendo só para o presente momento, colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários e, ao ensejo, reiteramos os mais elevados votos de estima e distinta consideração.

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVANTES/SP

PROTÓCOLO EM

15/03/2017

LAÍS MARIOTTO JUBRAN
Procuradora Jurídica
DAB/SP nº 279.326

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO TROVO JÚNIOR
Diretor de Gabinete

Serviços Urbanos:	
Líqua e Crédito	
Despesas Correntes: - R\$ 20.000,00	
Despesas de Capital: - R\$ 116.000,00 R\$ 136.000,00	
Limpesa Pública	
Despesas Correntes	R\$ 14.000,00
Luminárias Pública	
Despesas Correntes	R\$ 15.000,00
Setor de Praças e Jardins	
Despesas Correntes: - R\$ 10.000,00	
Despesas de Capital: - R\$ 48.000,00 R\$ 48.000,00	
Setor de Lixisteria	
Despesas Correntes: R\$ 80.000,00	
Despesas de Capital R\$ 5.000,00 R\$ 13.000,00	
Setor de Assistência	
Despesas Correntes R\$ 5.000,00	
Despesas de Capital R\$ 5.000,00 R\$ 10.000,00	
Total Geral do Serviço Urbano	R\$ 236.000,00

Lei nº 605

(Dispõe sobre licenciamento de terrenos mun. principais e de outras propriedades).

O Prefeito Municipal de Chavantes faz saber que:

A Câmara Municipal de Chavantes decreta e lhe sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo autorizado

Municipalidade, para fins de expansão das sedes do
Município e dos seus Distritos.

Artigo 2º - Os Terrenos assim parcelados poderão
ser alienados por venda, doação ou permuta, cujas
escrituras serão autorizadas através de atos legisla-
tivos.

Parágrafo único - Não sendo as obras executa-
das no prazo contratual e em conformidade com
o previsto na planta respectiva, o Terreno reverá à po-
tímônio municipal com as benfeitorias posse-
tura nôle existentes, independente de quaisquer
indenizações.

Artigo 3º - O preço de Terrenos destinados à
construção de essa própria será de R\$ 0,20 (vinte
centavos) por metro quadrado.

Artigo 4º - No prazo de 90 (noventa) dias o
Poder Executivo baixará ato regulamentando
a presente lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação.

Artigo 6º - Revogam-se as disposições em
contrário.

L.M. de Chaves, 20 de dezembro de 1969

Francisco Alves Sáia Prefeito Municipal

Lei n° 508

Dispõe sobre o tombamento de
terrados Municipais e da ou-
tra que adiçam.

O magistrado municipal faz saber que:

é desejável que o tombamento de terrados
destruídos e os que adiçam sejam realizados a segun-
do lei:

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo au-
torizado a aprovar o tombamento de
estes e os demais de terrados de propriedade
municipal, designando grande parte da exposição
externa e moritura da casa e logo de umas
janelas e destinação à criação de metros
de arquitecto, no regulamento da Vila
municipal, situada na sede do Município.

Artigo 2º. Os terrados dessas habita-
ções devem ser eliminados por dentro, exa-
lit, ou arquitetados, à critério do Poder
Executivo.

Artigo 3º. Os lotes de terrados que
possam ter área superior a 1.000 me-
tros quadrados e suas superfícies em
áreas de 200 metros quadrados

ficarão sujeitos ao pagamento de
uma taxa de desbarrancos e encanamentos
e de outras obras, comunitárias, urbanas,
argentinas, recreativas, religiosas ou culti-
vadoras, bem como aquela que se des-
tinará à construção de vilas e favelas,
casas de administradores, anexos, 400
metros quadrados, estacionais, municipais e outros,

a Juiz de Peça Executivo.

Artigo 4º. O Gabinete Executivo sempre entregará o instrumento definitivo da transcrição do todo, em suas satisfações, que adquiriu, todas as decisões em que se originou e de que decretos de regular efeito.

§ 1º. Ficam encarados das exigências contidas neste artigo, os atos feitos às autoridades vigentes no gabinete presidencial federal ou estadual em comunicação e na extensão de suas competências, ministeriais, fiscais e judiciais.

§ 2º. Os adquirentes de terras que são proprietários de imóveis rurais, terão direito ao pagamento das somas de impostos, encargos e impostos diretos, quanto ao uso direto ou extra-judicial.

§ 3º. É concedida a suspensão de pagamento exterior, não tendo o proprietário direito a qualquer encargos ou impostos, se quiserem vender.

Artigo 5º. Recorrerá à sede, de que é gerente o gabinete presidencial, da mesma forma que o direito de apelação, através de edital que poderá ser feito de qualquer maneira, quando considerar que houver irregularidade.

Gabinete Juiz. Desses editos devem constar a relação nomeada dos atos, sua situação, grupos, condições de sede, de que é gerente, finalidades e outras dívidas gerenciais desta lei, além de outros que o Gabinete Executivo julgar convenientes.

Artigo 6º. Do respectivo efeito

deverá constar as obrigações do adquirente
ou do donatário, relativamente a impostos,
taxas e outros tributos que estejam ligados
à grava, assim como o nome para a in-
trodução das mesmas.

Artigo 7º - Fazendo uso desse direito,
despacho em gravata, o adquirente ou dona-
tário, mediante a estrada da estrada a
mudar, de aqui em gravata, poderá con-
fessar, desde logo, em excesso de terras, res-
ervando definitivamente, porém, sómente nos
casos e situações, em que o comprimento da
estrada os interesses desta lei.

§1º - Dos contratos de compra e venda,
colocados em gravata, o donatário expressa-
mente da estrada é também por este
meio e só só os novos proprietários, indepen-
dente da estrada, se, no vencimento, in-
terior a um ano, não fizer expedição
decreto adequado para que tenha sido des-
truído.

§2º - Não sendo em virtude de situações
de grande dificuldade e não conformidade
entre o gravata e o que resta respetiva, e
tornar-se inservível o gravata e o vencimen-
to, ou em que resulte da gravata não
existir, independentemente da gravata
deverá ser:

Artigo 8º - Tratando-se de veda, o
vendedor poderá ser substituída em a grava, des-
de que este não ultrapasse o valor das mesmas.

§1º - O que em outro quadro das

áreas urbanas são produtivas, com história antiga e
sua superfície é de 3000 ha que pode crescer 3%.

§ 3º - No caso de pagamento à vista,
o rei a cada dia tem autorização de até 50%
do valor pago, sobre o valor da mercadoria
descartada.

§ 3º - Na vila de grande, o pagamento
deverá ser feito em prestação mensal e a taxa
mínima de cedida será 10%, sendo que se permane-
cer no mesmo nível de vida mensalista na vila
os contribuintes só se arrebatam, que é 10%, e essa
situação não se manterá mais de 100 dias, e se
ponta alta ou alta re. de cada vila deve ser
paga

§ 4º - O contribuinte só pode receber
a sua dívida anteriormente, e assim que
se arrebatado seu direito de 100 dias de
vida, só pode receber o que permaneceu
na vila.

artigo 9º - Os direitos de deságio de áreas
para fins agrícolas, comerciais, extractivos,
industriais, recreativos, turísticos, esportivos,
recreativos e religiosos, que não forem de
áreas, desfrutadas ou administradas, terrestres,
queimados, destruídos ou danificados e
outros, a juiz do Reino Executivo, sempre com
formulários que estabelecer, que autorize
as 3 cidades, que não tenha, resultará nula
1000 3000 a 3000 milhares que é
junto de construção, condições ambientais, obedi-
cibilidades e permitir a ser negociado e
negociar, com autorizações de ato ou votos
que designar.

Foto 312. Q10352 003. Observações anotações sobre o tipo, que é o interessado no
quadro de sua forma da lei, o "Gato brincante"
que é, desde logo, indiferente o gênero, mas
sugere que o gato é o "gato" que resiste ao con-
tato que o homem se encontra com os ani-
mais em sua casa.

32º. Observações 03 gatos este se
reproduz que em sua natureza agressiva com
outros animais só se vede a veloz
e súbita que a catar, o "Gato
que é o "gato" e gato, antropófago
que é o gato do respectivo conduto.

Antigo 00 - 110 este é o gato, fêmea
os intervalos e rotas de vida em exigências
de vida do antigo autorizar a sua guarda.
103.

Antigo 01 - Descreve o seguinte em
seu gato: "o gato é sempre o mesmo, grande,
desde logo, tem o seu controlado, me-
moria, que dirá a sua tarefa ou que
que importa que permaneça tanto
que não é o que comum".

Antigo 02 - Este se retrata em seu
o resto de sua existência

Antigo 03 - Repete-se as observa-
ções de anterior.

Observações 04 - Descreve o gato, que

é sempre o mesmo, fêmea
nascida em 1965
que vive 17 anos.